



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

CAMPUS SANTANA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

IRMAEL PINTO FRAZÃO

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR-
PRONAF: Análise do impacto do financiamento na agricultura familiar no estado
do Amapá**

SANTANA, AP

2025

IRMAEL PINTO FRAZÃO

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR-
PRONAF: Análise do impacto do financiamento na agricultura familiar no
estado do Amapá**

Trabalho de conclusão apresentado ao Instituto Federal do Amapá – *Campus* Santana, como requisito básico para a conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Desenvolvimento Regional.

Orientador: Me. Magno Martins Cardoso

SANTANA, AP

2025

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F848p Frazão, Irmael Pinto
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF: Análise do impacto do
financiamento na agricultura familiar no estado do Amapá

/ Irmael Pinto Frazão - Santana, 2025.
24 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -- Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Pós-Graduação
Lato Sensu em Gestão de Desenvolvimento Regional, 2025.

Orientador: Me Magno Martins Cardoso.


1. PRONAF. 2. Agricultura Familiar. 3. Crédito Rural. I. Cardoso, Me
Magno Martins, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

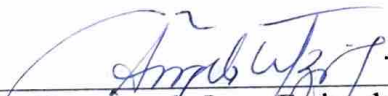
IRMAEL PINTO FRAZÃO

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR-PRONAF: ANÁLISE DO IMPACTO DO FINANCIAMENTO NA
AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO AMAPÁ**

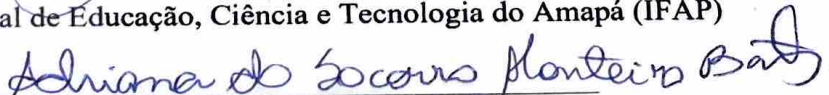
Trabalho de conclusão apresentado ao Instituto Federal do Amapá – Campus Santana, como requisito básico para a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Desenvolvimento Regional.



Prof. Me. Magno Martins Cardoso
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)
Orientador



Prof. Dra. Angela Irene Farias de Araújo Utzig
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)



Prof. Me. Adriana do Socorro Monteiro Bastos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)

Apresentado em: 01 /12 / 2025.

Conceito/Nota: _____.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e inspiração em toda esta jornada. À minha família, pelo apoio e incentivo constantes. Ao meu orientador, Me. Magno Martins Cardoso, pela orientação dedicada e valiosas contribuições. Ao Instituto Federal do Amapá – *Campus Santana* e ao Curso de Pós-Graduação em Gestão de Desenvolvimento Regional, pela oportunidade de aprendizado e crescimento.

RESUMO

O estudo analisa a trajetória do PRONAF no Amapá entre 2015 e 2025, evidenciando avanços, desafios e impactos territoriais. Em 2015, o estado registrou 1.490 contratos ativos e R\$ 18 milhões aplicados, impulsionados pela ampla utilização da DAP. Nos anos seguintes, especialmente entre 2016 e 2017, houve queda significativa nos volumes de crédito devido à transição para o CAF e às exigências ambientais como o CAR. A partir de 2018, com maior clareza nos critérios ambientais e retomada da emissão das CAFs, ocorreu recuperação expressiva: aumento de 52% no volume de crédito e 60% no número de agricultores atendidos, totalizando R\$ 13,3 milhões em 794 contratos. Territorialmente, o Amapá se destacou como líder regional, concentrando 49% dos agricultores atendidos via PRONAF/FNO em 2023. Em 2025, Macapá aparece como principal beneficiário, seguido por Santana, Laranjal do Jari, Iapoque, Mazagão, Porto Grande e Tartarugalzinho, revelando desigualdade no acesso ao crédito rural e a necessidade de descentralização. O Plano de Aplicação do FNO projeta atender 30 mil famílias com R\$ 2,5 bilhões, reforçando o papel estratégico do PRONAF na valorização da agricultura familiar e no fortalecimento do desenvolvimento territorial. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à infraestrutura, assistência técnica, capacitação de agentes emissores e adequação ambiental das propriedades, que precisam ser enfrentados para garantir maior equidade e efetividade do programa.

Palavras-chave: PRONAF; Agricultura Familiar; Crédito Rural; Amapá Desenvolvimento Territorial

Abstract

The study analyzes the trajectory of PRONAF in the state of Amapá between 2015 and 2025, highlighting advances, challenges, and territorial impacts. In 2015, the state recorded 1,490 active contracts and R\$ 18 million in allocated resources, driven by the widespread use of the DAP. In subsequent years, particularly between 2016 and 2017, there was a significant decline in credit volumes due to the transition to the CAF and environmental requirements such as the CAR. From 2018 onwards, with greater clarity on environmental criteria and the resumption of CAF issuance, a strong recovery was observed: a 52% increase in credit volume and a 60% rise in the number of farmers served, totaling R\$ 13.3 million across 794 contracts. Territorially, Amapá stood out as a regional leader, concentrating 49% of farmers served through PRONAF/FNO in 2023. In 2025, Macapá emerged as the main beneficiary, followed by Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Mazagão, Porto Grande, and Tartarugalzinho, revealing inequalities in access to rural credit and the need for decentralization. The FNO Application Plan projects serving 30,000 families in Amapá with R\$ 2.5 billion, reinforcing PRONAF's strategic role in strengthening family farming and territorial development. Despite progress, challenges remain regarding infrastructure, technical assistance, training of issuing agents, and environmental compliance of properties, which must be addressed to ensure greater equity and effectiveness of the program.

Keywords: PRONAF; Family Farming; Rural Credit; Amapá; Territorial Development

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2.Fundamentação Teórica..... | 11 |
| 2.1Agricultura Familiar no Brasil..... | 11 |
| 2.2Agricultura Familiar no Amapá | 12 |
| 2.3Avanços na Agricultura Familiar no Amapá com o Apoio do PRONAF | 13 |
| 3 MATERIAIS E MÉTODOS..... | 14 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 15 |
| 5. REFERÊNCIAS..... | 23 |

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ocupa posição central na dinâmica socioeconômica brasileira, constituindo-se como base estratégica para a segurança alimentar, a geração de renda e a sustentabilidade socioambiental. Desde a criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), este se consolidou como a principal política pública de crédito voltada ao segmento, buscando promover condições adequadas de produção, inclusão produtiva e desenvolvimento rural. No contexto amazônico e, de modo particular, no estado do Amapá a relevância desse programa adquire dimensões ainda mais expressivas, dada a predominância de comunidades tradicionais e de atividades agroextrativistas que estruturam a economia local.

A literatura especializada identifica que a agricultura familiar, como categoria produtiva e sociocultural, passou por três gerações de políticas públicas ao longo das últimas décadas. Conforme Grisma e Schneider (2015), a primeira geração esteve orientada à lógica agrícola convencional, com ênfase em crédito rural, seguro agrícola e garantia de preços mínimos. A segunda introduziu políticas de caráter social, voltadas à redução da pobreza e das desigualdades no campo. A terceira geração se caracterizou pela incorporação de compras públicas e ações vinculadas à segurança alimentar e à sustentabilidade. Na Amazônia, essa evolução se entrelaça à presença de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais, cuja organização produtiva mantém vínculos estreitos com práticas culturais e com modos de vida historicamente constituídos. Entretanto, tais grupos enfrentam entraves estruturais, como insegurança fundiária, baixa inserção tecnológica, reduzida produtividade e limitado alcance das políticas públicas.

No Amapá, características territoriais específicas como vastas áreas públicas, dependência econômica do extrativismo vegetal e fragilidades de infraestrutura intensificam os desafios para a efetivação de políticas voltadas à agricultura familiar. As reivindicações históricas dos agricultores, registradas sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990, refletiam demandas por crédito fundiário, assistência técnica, pesquisa, formação profissional e melhorias na infraestrutura rural. Como assinala Nunes (2007), esperava-se que tais investimentos resultassem em maior capacidade produtiva, melhoria das condições de vida e fortalecimento da segurança alimentar. Embora o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF tenha

avançado significativamente nesse sentido, sua implementação no Amapá ainda carece de análises sistematizadas que permitam compreender em que medida seus instrumentos têm alcançado os públicos alvo.

A necessidade de aprofundamento analítico torna-se ainda mais evidente quando se consideram as diretrizes recentes do Programa de Desenvolvimento Regional da Amazônia 2024–2027, que inclui entre suas prioridades a estratégia de desburocratizar a inclusão produtiva digital. Esse eixo reconhece que a ampliação do acesso a ferramentas e plataformas digitais, a simplificação de processos burocráticos e a redução das barreiras documentais são elementos fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar. No caso do PRONAF, tais medidas podem potencializar o acesso ao crédito, otimizar a gestão produtiva e ampliar a participação dos agricultores familiares em mercados e políticas públicas, especialmente em territórios onde a conectividade e a infraestrutura digital ainda são limitadas.

Diante dessas considerações, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de avançar no conhecimento científico acerca dos impactos do PRONAF no Amapá, contribuindo para a compreensão da eficácia e dos limites da política no contexto amazônico. Além disso, os resultados esperados têm potencial de subsidiar gestores públicos na formulação de estratégias mais inclusivas, ampliando o alcance e a efetividade das ações estatais voltadas ao desenvolvimento rural. A pesquisa, portanto, visa preencher lacunas existentes na literatura regional, oferecendo subsídios empíricos e analíticos para a consolidação de políticas mais eficientes, sustentáveis e alinhadas às dinâmicas socioprodutivas locais.

Nesse sentido, formula-se a seguinte questão-problema: quais são os impactos do crédito rural do PRONAF na agricultura familiar no estado do Amapá? Parte-se da hipótese de que o PRONAF exerce influência positiva no fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para o aumento da produtividade, a introdução de tecnologias e insumos adequados, a diversificação produtiva e a ampliação do acesso a mercados consumidores. Acrescenta-se a suposição de que o financiamento disponibilizado pelo programa também atua na promoção da sustentabilidade ambiental e na preservação dos recursos naturais utilizados pelas famílias rurais.

A partir dessa problemática, o estudo estabelece como objetivo geral analisar os impactos do crédito rural do PRONAF na agricultura familiar no estado do Amapá, com foco nas contribuições para a produção, o desenvolvimento econômico e a

sustentabilidade social. Como objetivos específicos, propõe-se: Identificar e analisar os avanços do crédito rural no âmbito do PRONAF no Amapá; examinar os impactos do financiamento nas condições de produção, renda e acesso a mercados entre os agricultores familiares; e avaliar em que medida o PRONAF tem contribuído para a inclusão produtiva, incluindo sua dimensão digital e para o fortalecimento socioeconômico das comunidades rurais.

Assim, esta pesquisa apresenta fundamentos teóricos, que orientam a investigação, situando-a no âmbito das políticas públicas contemporâneas e das demandas regionais amazônicas e se propõe a contribuir para o debate sobre desenvolvimento rural no Amapá, articulando aspectos produtivos, sociais e tecnológicos de forma integrada e crítica.

2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar constitui a base do sistema agroalimentar brasileiro, sendo responsável por grande parte dos alimentos consumidos internamente. Segundo dados do IBGE (2020), esse segmento representa aproximadamente 77% das unidades produtivas do país, emprega cerca de 66,5% da força de trabalho rural e responde por 43% da produção agrícola nacional. As propriedades familiares, em sua maioria de pequeno porte, caracterizam-se pela gestão familiar, uso de técnicas tradicionais e forte vínculo com a cultura local, contribuindo significativamente para a preservação da diversidade biológica e cultural dos territórios.

Além de seu papel produtivo, a agricultura familiar exerce função estratégica na inclusão social no campo, atuando no combate ao êxodo rural, na geração de renda e na promoção da segurança alimentar em regiões historicamente marginalizadas. Conforme Corrêa (2018), o fortalecimento desse segmento impacta diretamente na redução da pobreza rural e na conservação ambiental, especialmente em áreas de biomas sensíveis como a Amazônia e o semiárido.

Apesar de sua relevância, a agricultura familiar enfrenta desafios históricos, como o acesso restrito ao crédito, a escassez de assistência técnica, dificuldades de comercialização e infraestrutura precária. Nesse contexto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) surge como uma das principais políticas públicas voltadas ao setor, oferecendo linhas de crédito subsidiado,

capacitação, apoio técnico e incentivo à diversificação produtiva (Santos et al., 2021). O programa também busca integrar a agricultura familiar às cadeias produtivas nacionais, promovendo práticas sustentáveis e ampliando sua presença no mercado interno.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

O estado do Amapá apresenta uma configuração social, econômica e ambiental que influencia diretamente a dinâmica da agricultura familiar. De acordo com o IBGE (2020), cerca de 83% das unidades produtivas locais são compostas por pequenos agricultores, com forte presença de comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Essas unidades estão frequentemente localizadas em áreas de floresta, de difícil acesso, o que limita a adoção de tecnologias e a implantação de infraestrutura adequada.

A produção agrícola no Amapá é voltada, majoritariamente, para cultivos tradicionais, como frutas regionais (açaí, cupuaçu, bacaba), culturas de subsistência, atividades extrativistas e criação de pequenos animais. Essas práticas possuem elevado potencial de promover o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental, sobretudo quando amparadas por políticas públicas que valorizem os saberes locais e incentivem o agro extrativismo.

Entretanto, o estado enfrenta entraves estruturais, como o acesso limitado ao crédito formal, a precariedade dos sistemas de transporte e a escassez de assistência técnica especializada. Diante desse cenário, o PRONAF tem buscado adaptar suas ações ao contexto regional, por meio de linhas específicas como o Pronaf Amapá, que visa fortalecer a produção de alimentos tradicionais, melhorar as condições de vida das comunidades rurais e ampliar sua participação na economia local (Gomes et al., 2019).

O fortalecimento da agricultura familiar no Amapá também está associado a estratégias de conservação da biodiversidade e ao estímulo a práticas de manejo sustentável, com foco no uso racional dos recursos naturais e na diversificação de culturas. Tais ações contribuem para a construção de uma agricultura de base ecológica e socialmente inclusiva.

2.2 AVANÇOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ COM O APOIO DO PRONAF

Nos últimos anos, o PRONAF tem desempenhado papel relevante no fortalecimento da agricultura familiar no Amapá, especialmente no que se refere à inclusão social, geração de renda e valorização dos saberes tradicionais. Dados do BNDES (2023) indicam que o número de beneficiários no estado aumentou de 10.000 em 2017 para cerca de 15.000 em 2023, com ampliação da diversidade de culturas financiadas.

A implementação de linhas de crédito adaptadas ao contexto local, como o Pronaf Agroecologia e o Pronaf Quilombola, tem viabilizado investimentos em tecnologias de manejo ambiental, sistemas agroflorestais e valorização de produtos com identidade regional, como o açaí, a pupunha e outros frutos amazônicos. Esses recursos têm possibilitado melhorias na infraestrutura, aquisição de insumos e equipamentos, além de ampliar a capacidade de comercialização em feiras locais e regionais (Santos et al., 2021).

Além do financiamento, observa-se avanço na assistência técnica e na promoção de práticas de economia solidária e cooperativismo, fundamentais para o fortalecimento da organização social dos agricultores. Programas de capacitação voltados à agricultura de baixo impacto ambiental e à diversificação produtiva têm contribuído para a sustentabilidade das unidades familiares, com destaque para iniciativas de manejo agroecológico e uso de recursos naturais renováveis.

Apesar dos progressos, persistem desafios significativos, como a necessidade de aprimorar a logística de transporte, ampliar o acesso ao crédito para agricultores em áreas isoladas e fortalecer as cadeias de comercialização direta. O PRONAF, nesse contexto, permanece como instrumento estratégico, com potencial para ampliar seu impacto mediante maior investimento em infraestrutura, assistência técnica qualificada e inovação tecnológica (Gomes et al., 2019).

Ao consolidar esses avanços, o PRONAF não apenas fortalece a produção agrícola, mas também promove a autonomia das comunidades tradicionais e das pequenas propriedades, contribuindo para um modelo de desenvolvimento sustentável alinhado às especificidades socioambientais do Amapá.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem predominantemente bibliográfica e documental, com ênfase na análise de fontes secundárias oficiais. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de compreender, de forma ampla e sistemática, o panorama do PRONAF na região, considerando o conjunto de políticas públicas, bases legais, dados estatísticos e análises institucionais que estruturam a atuação do programa no estado do Amapá.

A investigação foi conduzida a partir da consulta a documentos emitidos por órgãos federais e regionais, tais como o Banco Central do Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Banco da Amazônia, instituições diretamente responsáveis pela normatização, execução e monitoramento das linhas de crédito analisadas. Essa etapa incluiu a revisão de resoluções, normativas, relatórios de gestão e séries históricas relacionadas ao financiamento da agricultura familiar.

Complementarmente, foram examinadas bases de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e documentos elaborados por órgãos estaduais ligados à agricultura, ao desenvolvimento rural e ao planejamento territorial. Além desses materiais, incorporou-se uma revisão integrativa de literatura, abrangendo estudos acadêmicos, artigos científicos, análises de políticas públicas, pesquisas sobre comunidades tradicionais e estudos de caso regionais referentes à Amazônia e ao Amapá.

A análise sistemática dessas fontes permitiu identificar tendências regionais, linhas de crédito mais utilizadas, áreas com maior ou menor acesso ao programa, bem como o perfil socioeconômico dos beneficiários da agricultura familiar no estado. Esses elementos foram confrontados com o referencial teórico e com as diretrizes do Programa de Desenvolvimento Regional da Amazônia 2024–2027, especialmente no que diz respeito ao eixo desburocratizar a inclusão produtiva digital, fundamental para compreender os desafios de acesso ao crédito na realidade atual.

O tratamento dos dados seguiu uma perspectiva crítica e contextualizada, buscando relacionar as informações obtidas com os objetivos delineados no Capítulo 1 e com as hipóteses do estudo. Assim, a metodologia adotada permitiu construir uma leitura abrangente da efetividade do PRONAF no fortalecimento da agricultura familiar

no Amapá, destacando tanto seus avanços quanto suas limitações estruturais, burocráticas e regionais.

A presente pesquisa foi delimitada espacialmente ao estado do Amapá, território localizado na região Norte do Brasil e caracterizado por uma configuração socioeconômica marcada pela forte presença da agricultura familiar, do extrativismo vegetal e de comunidades tradicionais, como ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas e demais grupos agroextrativistas. Essa delimitação territorial se justifica pelo fato de o Amapá apresentar particularidades fundiárias, ambientais e produtivas que influenciam diretamente o acesso às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, entre elas o PRONAF.

A escolha do Amapá como recorte espacial está alinhada ao objetivo geral da pesquisa de analisar os impactos do crédito rural do PRONAF na agricultura familiar do estado e aos objetivos específicos, que buscam identificar avanços, avaliar impactos socioeconômicos e compreender os efeitos do programa sobre a inclusão produtiva, considerando a realidade amazônica.

No que se refere à delimitação temporal, o estudo abrange o período de 2015 a 2025, marco que permite analisar uma década de evolução das políticas de crédito rural, contemplando mudanças institucionais, ampliações de linhas de financiamento, redirecionamentos estratégicos e transformações socioeconômicas que influenciaram a execução do PRONAF no Amapá. Esse intervalo temporal também possibilita observar impactos recentes associados a estratégias governamentais como as diretrizes do Programa de Desenvolvimento Regional da Amazônia (2024–2027), que introduzem a pauta da desburocratização da inclusão produtiva digital, elemento essencial para compreender os novos desafios de acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta análise apresenta e discute os resultados obtidos a partir dos dados institucionais do Banco da Amazônia (BASA), dos Planos de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e de documentos complementares, no período de 2015 a 2025, em consonância com os objetivos e hipóteses formulados no Capítulo 1. A análise busca verificar em que medida o PRONAF tem contribuído

para o fortalecimento da agricultura familiar no estado do Amapá, bem como identificar seus limites estruturais e institucionais.

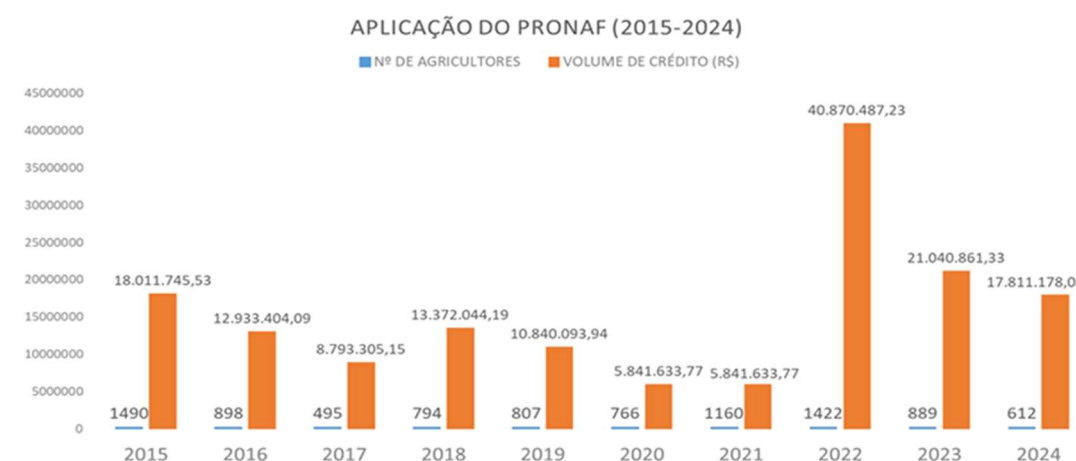
4.1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF NO AMAPÁ (2015–2025)

A evolução do crédito rural via PRONAF no estado do Amapá evidencia oscilações significativas ao longo do período analisado, refletindo tanto avanços institucionais quanto entraves normativos. Conforme demonstrado no gráfico 1, no ano de 2015 foram firmados 1.490 contratos, totalizando R\$ 18.011.745,53 em recursos aplicados, desempenho associado à ampla utilização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que apresentava menor complexidade burocrática.

A partir de 2016 e 2017, observa-se retração no número de contratos e no volume de recursos aplicados, fenômeno relacionado à transição da DAP para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e ao fortalecimento das exigências ambientais, especialmente a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural (CAR), conforme a Lei nº 12.651/2012 e a Resolução CMN nº 4.714/2019. Esses fatores impactaram negativamente o acesso ao crédito, sobretudo em um contexto marcado por insegurança fundiária e dificuldades de regularização ambiental.

Entretanto, em 2018, registra-se retomada parcial do crédito, com aplicação de R\$ 13.372.044,19 distribuídos em 794 contratos, representando aumento significativo em relação aos anos anteriores. Esse resultado está associado a ações institucionais integradas, como mutirões de emissão de CAFs e maior articulação entre RURAP, SEBRAE e BASA. Tal evidência corrobora parcialmente a Hipótese 1, segundo a qual o PRONAF contribui para o fortalecimento da agricultura familiar ao ampliar o acesso ao financiamento e aos meios de produção.

Gráfico 1 – Evolução do número de contratos e do volume de crédito do PRONAF no estado do Amapá (2015–2024).



Fonte: Banco da Amazônia (2024).

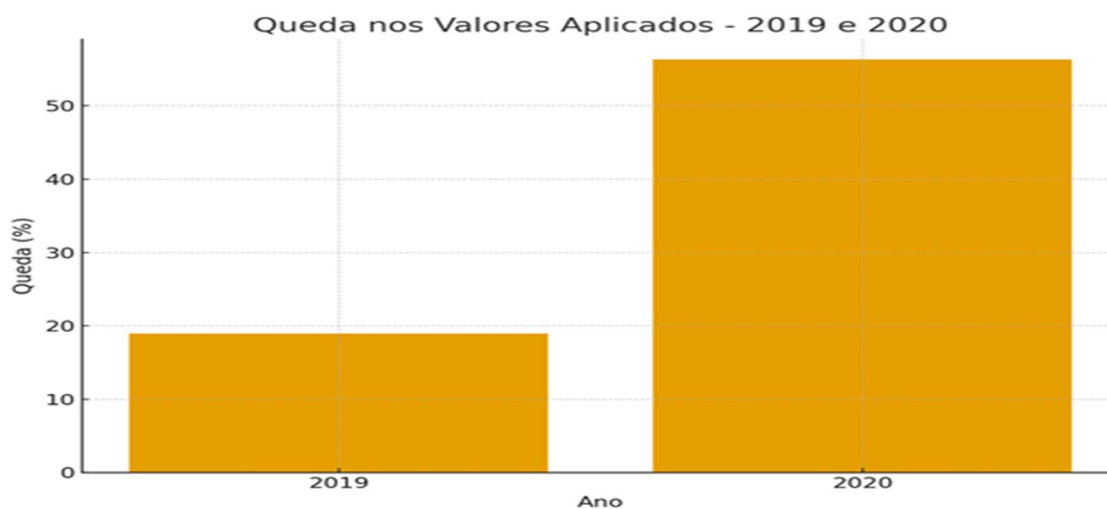
4.2 IMPACTOS DAS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS E INSTITUCIONAIS SOBRE O ACESSO AO CRÉDITO

Apesar do crescimento observado em 2018, os anos de 2019 e 2020 apresentaram nova retração no volume financeiro aplicado, com reduções de 18,93% e 56,31%, respectivamente, conforme ilustrado no gráfico 2. Esse comportamento ocorreu mesmo diante do aumento no número de beneficiários, indicando diminuição do valor médio dos contratos. Tal cenário reforça a hipótese de que os entraves burocráticos e ambientais atuam como fatores limitantes à efetividade do PRONAF no Amapá.

Em 2021, a flexibilização temporária promovida pelo Conselho Monetário Nacional, ao permitir o uso do recibo de inscrição do perímetro do assentamento para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), contribuiu para mitigar parcialmente essas barreiras. Ainda assim, a tendência de redução dos valores contratados manteve-se até 2023, evidenciando que a inclusão produtiva ocorreu de forma desigual, com maior número de contratos, porém com menor capacidade de investimento por agricultor.

Esses resultados dialogam diretamente com a Hipótese 2, que pressupõe que o acesso ao financiamento influencia positivamente a diversificação produtiva e a sustentabilidade ambiental. Observa-se que, quando o acesso ao crédito é restringido, também se limitam as possibilidades de investimento em tecnologias, práticas sustentáveis e ampliação da produção.

Gráfico 2 – Queda dos valores aplicados pelo PRONAF no Amapá (2019–2020).



Fonte: Banco da Amazônia (2024). Organizado pelo autor.

4.3 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO PRONAF E IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

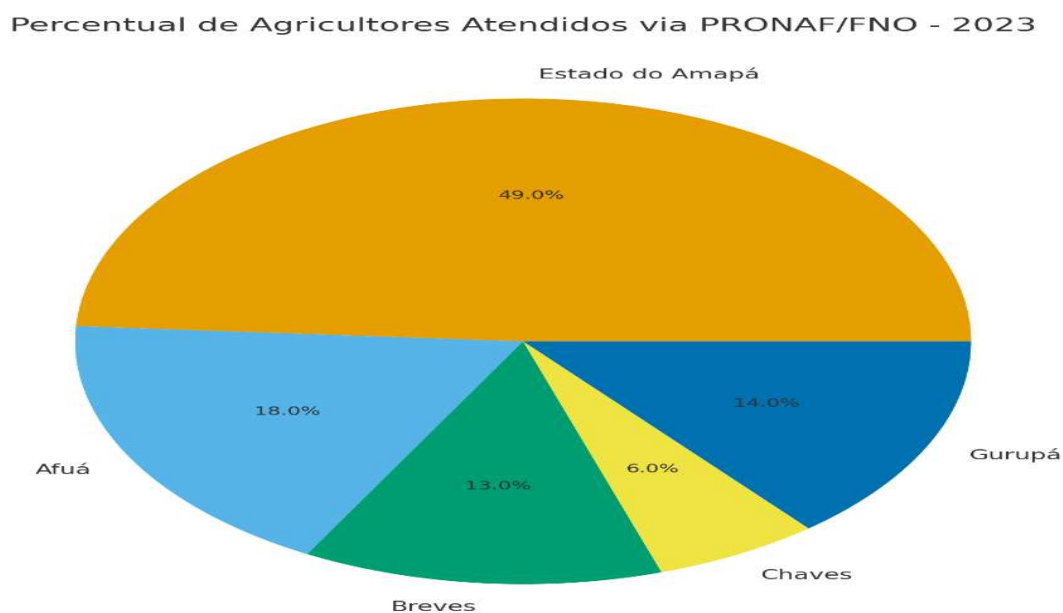
A análise da distribuição territorial dos contratos evidencia desigualdades significativas no acesso ao PRONAF entre os municípios do estado. Em 2015, o Amapá concentrava 43% dos agricultores atendidos via PRONAF/FNO, percentual que se elevou para 49% em 2023, conforme apresentado no gráfico 3. Esse crescimento indica maior inserção das comunidades rurais nas políticas públicas de crédito, embora de forma territorialmente concentrada.

O município de Macapá lidera o número de contratos ativos, seguido por Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Mazagão, Porto Grande e Tartarugalzinho. A centralidade de Macapá pode ser explicada pela maior densidade institucional, melhor infraestrutura de atendimento bancário e maior nível de formalização dos produtores. Em contrapartida, municípios com menor estrutura institucional apresentam menor volume de recursos, apesar do crescimento gradual do número de contratos.

Essa configuração territorial confirma a existência de uma modernização seletiva, conforme apontado pelo observatório da Agricultura Familiar da Universidade Federal do Espírito Santo, na qual regiões com maior capital institucional concentram maiores volumes financeiros, enquanto áreas periféricas ampliam o acesso de forma quantitativa, porém com valores unitários reduzidos. Tal padrão reforça a necessidade

de políticas complementares de assistência técnica, regularização fundiária e inclusão produtiva digital, em consonância com as diretrizes do Programa de Desenvolvimento Regional da Amazônia (2024–2027).

Gráfico 3 – Percentual de agricultores atendidos via PRONAF/FNO no estado do Amapá, por município (2023).



Fonte: Banco da Amazônia (2024). Organizado pelo autor.

Em síntese, os resultados confirmam parcialmente as hipóteses da pesquisa ao evidenciar que o PRONAF tem desempenhado papel relevante no fortalecimento da agricultura familiar no estado do Amapá, especialmente ao ampliar o acesso ao crédito rural e fomentar processos de inclusão produtiva entre os agricultores familiares. No entanto, as oscilações recorrentes nos valores financeiros aplicados, bem como a concentração territorial dos recursos em municípios com maior densidade institucional, revelam a persistência de limitações estruturais que comprometem a equidade e a sustentabilidade da política pública.

Esses entraves indicam que o impacto do PRONAF não se distribui de forma homogênea no território, refletindo desigualdades históricas relacionadas à infraestrutura, à assistência técnica e à regularização fundiária. Nesse sentido, os achados do estudo reforçam a necessidade de ajustes institucionais e da adoção de políticas públicas complementares, voltadas ao fortalecimento da assistência técnica

continuada, à superação dos entraves fundiários e à ampliação da inclusão produtiva digital, em consonância com as diretrizes contemporâneas do desenvolvimento regional amazônico e com a literatura especializada sobre agricultura familiar e políticas públicas no Brasil (GRISA; SCHNEIDER, 2015; NUNES, 2007).

4. CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo central analisar os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sobre a agricultura familiar no estado do Amapá, partindo do reconhecimento de que a agricultura familiar constitui um dos pilares do desenvolvimento rural, da segurança alimentar e da sustentabilidade socioambiental na Amazônia. A pesquisa foi orientada pelo seguinte problema: quais são os impactos do PRONAF na agricultura familiar amapaense, considerando o acesso ao crédito, os efeitos socioeconômicos e os desafios institucionais e territoriais que condicionam a efetividade dessa política pública no período de 2015 a 2025.

A análise dos resultados permitiu constatar que o PRONAF tem contribuído de forma relevante para o fortalecimento da agricultura familiar no Amapá, sobretudo ao ampliar o acesso ao crédito rural e ao promover a inclusão produtiva de agricultores familiares historicamente excluídos do sistema financeiro formal. Nesse sentido, a hipótese de que o PRONAF exerce influência positiva sobre a produção, a geração de renda e a inserção dos agricultores em mercados consumidores foi parcialmente confirmada, uma vez que os dados evidenciam avanços na formalização produtiva, no aumento do número de contratos e na diversificação das atividades agroextrativistas. Contudo, verificou-se que tais benefícios não se distribuem de maneira homogênea no território, permanecendo concentrados em municípios com maior infraestrutura institucional, como Macapá e Santana.

Da mesma forma, a hipótese que associa o acesso ao crédito do PRONAF à promoção da sustentabilidade ambiental e da diversificação produtiva também foi confirmada de forma parcial. Embora o programa incentive práticas produtivas compatíveis com a conservação dos recursos naturais e com a lógica da agricultura familiar amazônica, sua operacionalização tem sido limitada por entraves relacionados à regularização fundiária, às exigências ambientais e à precariedade de assistência técnica continuada. As oscilações nos valores aplicados ao longo do período analisado,

bem como a redução dos montantes financeiros em determinados anos, revelam fragilidades institucionais que comprometem a previsibilidade e a continuidade do crédito rural como instrumento estruturante do desenvolvimento regional.

No que se refere às contribuições do PRONAF no contexto amapaense, destaca-se seu papel como indutor da inclusão produtiva, da permanência das famílias no meio rural e da valorização das atividades agroextrativistas tradicionais, alinhadas às especificidades socioambientais da Amazônia. O programa tem possibilitado a aquisição de insumos, o acesso a tecnologias apropriadas e a melhoria das condições produtivas, ainda que de forma desigual. Tais contribuições reforçam a importância do PRONAF como política pública estratégica, especialmente quando articulado a outras iniciativas de políticas públicas, assistência técnica e desenvolvimento territorial.

Entretanto, o estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Entre elas, destaca-se a dependência de dados secundários provenientes de relatórios institucionais, o que restringe a análise à disponibilidade e à padronização das informações oficiais. Além disso, a ausência de dados primários coletados diretamente junto aos agricultores familiares limita a compreensão mais aprofundada das percepções, estratégias produtivas e impactos qualitativos do programa no cotidiano das famílias beneficiárias.

Diante dos achados, torna-se evidente a necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Amapá. Recomenda-se o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, a ampliação das ações de regularização fundiária e ambiental, a descentralização do acesso ao crédito e a incorporação de estratégias de inclusão produtiva digital, conforme previsto no Programa de Desenvolvimento Regional da Amazônia 2024–2027. Tais medidas são fundamentais para ampliar a equidade territorial, reduzir desigualdades regionais e potencializar os efeitos do PRONAF sobre o desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise dos impactos do PRONAF a partir de abordagens qualitativas e estudos de caso em comunidades rurais e agroextrativistas do Amapá, bem como investigações comparativas entre municípios e estados da Amazônia Legal. Estudos que articulem crédito rural, inclusão digital, governança territorial e sustentabilidade socioambiental poderão contribuir de forma significativa para o aprimoramento das políticas públicas e para a consolidação de um

modelo de desenvolvimento regional mais justo, inclusivo e compatível com as especificidades amazônicas.

5 REFERENCIAS

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=1946&ano=1996&ato=a8aAzZE5EMJpWT0c8>.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Instrução Normativa nº 2/MMA, de 6 de maio de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para o Cadastro Ambiental Rural – CAR. Disponível em: https://www.car.gov.br/leis/IN_CAR.

Banco da Amazônia. Relatório de Aplicação do PRONAF/FNO 2015–2024. Organizado pelos autores, 2024.

BRASIL. Manual de Crédito Rural. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>.

BRASIL. Plano de Aplicação dos Recursos do FNO. Banco da Amazônia, 2024.

BRASIL. Resolução CMN nº 4.889, de 26 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre a consolidação de capítulos do Manual de Crédito Rural (MCR). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021.

BÜTTENBENDER, P. L.; BERKMANN, B. A.; SPAREMBERGER, A. Cooperativismo e crédito rural da agricultura familiar como fomento ao desenvolvimento sustentável: estudo em uma cooperativa de interação solidária. Informe Gepec, v. 26, n. 1, p. 330–347, 2022.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Brasil: dos décadas de políticas públicas para la agricultura familiar. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (Coord.). *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas*. Santiago, Chile: CEPAL, 2014. Cap. IV.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 323–346, abr./jun. 2014. KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LIRA, J. A. Crédito agrícola familiar: a visão dos beneficiários do FNO no município de Santo Antônio do Tauá. 2005. 96 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NUNES, S. P. O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. *Conjuntura Agrícola*, n. 156, fev. 2007. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER..

SARON, F. A.; HESPANHOL, A. N. O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural do Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio à agricultura familiar. *Revista GEO UERJ*, v. 14, n. 23, p. 656–683, 2º semestre, 2012.

SCHNEIDER, S.; WESTPHALEN, F.; GAZOLLA, M. As duas “caras” do Pronaf: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: CONGRESSO DA SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 18., 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

SCHWENDLER, S. F.; VIEIRA, C. R.; AMARAL, M. R. Relações de trabalho, gênero e geração das jovens camponesas em assentamentos da reforma agrária. *Mediações*, Londrina, v. 23, n. 3, p. 248–275, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: BRANDENBURG, A.; DUARTE, A. *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29–49.